

# **ARTICULAÇÕES DE PODER E O COMPLEXO ALUIZIO CAMPOS EM CAMPINA GRANDE (PB)**

## **POWER JOINTS AND THE ALUIZIO CAMPOS COMPLEX IN CAMPINA GRANDE (PB)**

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Demóstenes Andrade de Moraes

Jobson Bruno da Silva Lima

### **RESUMO**

O artigo analisa as relações e articulações público-privadas que se estabeleceram na concepção e implantação do Complexo Multimodal Aluizio Campos, situado em Campina Grande, Estado da Paraíba. O trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem crítica com vistas a verificar as contradições das relações de poder e arranjos político-institucionais que moldam a agenda urbana e o processo de urbanização. Constatou-se que não existe uma coalizão política hegemônica capaz de anunciar um regime urbano pró-crescimento. Foram identificadas alianças entre agentes econômicos e agentes governamentais, estruturadas por meio da atuação das elites políticas locais que mantêm padrões particularistas de associação. Essas articulações público-privadas que vêm estabelecendo uma agenda urbana empresarialista-particularista instável através de grandes projetos de impacto urbano, como o Complexo Aluizio Campos.

**Palavras-chave:** Articulações público-privadas. Agenda urbana. Projetos urbanos.

### **ABSTRACT**

The article analyses the public-private articulations that were established in the conception and implementation of the Aluizio Campos Multimodal Complex, located in Campina Grande, State of Paraíba. The work was developed from a critical approach in order to verify the contradictions of the power relations and political-institutional arrangements that structure the urban agenda and the urbanization process. It was found that there is no hegemonic political coalition capable of announcing a pro-growth urban regime. Alliances were identified between economic agents and government agents, structured through the actions of local political elites which maintain particularist standards of association. These public-private articulations that have been establishing an unstable entrepreneurial-particularist urban agenda through large urban impact projects, such as the Aluizio Campos Complex.

**Keywords:** Public-private articulations. Urban agenda. Urban projects.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Apesar dos muitos avanços no campo da política urbana brasileira no que concerne à regulamentação do planejamento democrático, assiste-se nas principais cidades do país a emergência de agendas empreendedoristas pró-mercado fomentadoras de projetos de grande impacto urbano (PGIU) e de processos de reestruturação urbana. Nesse contexto, destaca-se o papel central dos agentes econômicos diante de diferentes hierarquias e articulações locais. Esses agentes vêm assumindo forte protagonismo nas decisões sobre o espaço urbano e concomitantemente se evidencia o arrefecimento dos mecanismos institucionais democráticos de gestão das cidades.

No caso brasileiro, a articulação dos agentes econômicos com o Estado tem se estruturado por meio das elites políticas que vêm mantendo padrões particularistas de governança. Considerando os processos locais e contexto mais amplo de predominância do ideário neoliberal e da financeirização, o capital imobiliário impacta cada vez mais fortemente a produção do espaço urbano, a agenda, o planejamento e a gestão urbanos, impondo reestruturações espaciais. Em Campina Grande (PB), tais tendências estão expressas nas concepções estratégicas de planejamento do desenvolvimento regional e local, a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento Campina Grande 2035 (PED-CG 2035).

O plano foi elaborado em 2015, com a consultoria da Macroplan, empresa brasileira de consultoria especializada na Elaboração de Planos Estratégicos em todo o Brasil. Foi viabilizado a partir de uma associação entre a prefeitura municipal e a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), com colaboração do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e financiado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse plano expressa os interesses de agentes políticos e econômicos que predominam na agenda urbana da cidade e tem como principal projeto o Complexo Multimodal Aluizio Campos. O empreendimento está sendo implantado na borda urbano-rural do município e ocupa uma área de aproximadamente 800 hectares. Seu programa prevê a instalação de um complexo industrial, um complexo logístico, um complexo habitacional, uma “tecnópolis” (centro de inovação tecnológica) e um Jardim Botânico.

No presente artigo buscou-se identificar as articulações de poder, público-privadas, que vêm viabilizando e sustentando a proposta do Complexo Aluizio Campos, entendendo-as como arranjos e acordos entre agentes diretamente envolvidos com o processo de produção do empreendimento, suas alianças e redes de relações e, também as disputas e contestações a esses processos. Procurou-se refletir em que medida essa articulação política tem potencial para anunciar um regime urbano ou se fomentam articulações público-privadas específicas e

menos duradouras. A articulação dos agentes econômicos com governos tem se estruturado por meio de padrões particularistas de associação. Tal característica, segundo Carvalho (2020), acaba por inibir a organização e o engajamento cívico dos atores econômicos. O estudo é parte da pesquisa nacional “Caracterização dos regimes urbanos das metrópoles brasileiras”, que integra o programa de pesquisa “As metrópoles e o Direito à Cidade na inflexão da ordem urbana brasileira” do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrópoles.

Em relação ao Complexo Aluizio Campos, procurou-se compreender as articulações de agentes público-privados para viabilizar o empreendimento, responsáveis, portanto, por seu processo de concepção e implantação. Em seguida, buscou-se analisar as conexões com a agenda urbana e as especificidades dos interesses coletivos dos agentes envolvidos. Buscou-se descrever os procedimentos legais e administrativos e reconhecer os instrumentos e recursos de barganha, como também indícios que demonstrassem conexões minimamente consolidadas ao longo do tempo entre os agentes envolvidos nos projetos. Além disso, foram recuperados: o percurso da aprovação e alterações de legislação e contratos; os processos de elaboração de planos, programas e projetos; os registros de imprensa; as declarações públicas de apoio a candidatos; as conexões pessoais informais e formais entre agentes [familiares, de amizade, de negócios etc.]; e as ofertas de vantagens extraoficiais. Por fim, foram identificados as contradições e conflitos internos e externos no processo de implementação do projeto, desvelando campos de disputa entre os atores e agentes públicos e privados diretamente envolvidos na sua execução. Analisou-se, ainda, o papel da mídia e no plano discursivo fundamental para impulsionar, legitimar o projeto e às ações dos atores nele envolvidos.

As articulações público-privadas que vêm predominando na produção do espaço em Campina Grande vêm construindo uma agenda que adota a perspectiva da cidade empreendedorista pró-mercado, mas a partir de arranjos políticos particularistas entre agentes privados, empresários de vários setores, e públicos, ligados a grupos políticos em torno de famílias que vêm dominando, historicamente, a cena política local. Em função desses arranjos específicos, passamos a denominar as articulações público-privadas que atuam no desenvolvimento urbano de Campina Grande, como **empresarialistas-particularistas**.

O trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem crítica com vistas a verificar o equilíbrio dinâmico e as contradições das relações de poder e arranjos político-institucionais que moldam a agenda urbana e o processo de urbanização em Campina Grande. Também foram consideradas algumas referências da Teoria dos Regimes Urbanos para as análises das articulações público-privadas.

As análises estão divididas em três blocos principais: no primeiro, foram levantadas e analisadas as eventuais conexões com a agenda urbana, demonstrando a atuação de cada ator e/ou agente no processo de formação e consolidação da coalizão, interesses, movimentos, tempo de permanência e escalas de atuação; no segundo, foram recuperados os processos de elaboração e implementação do Complexo Aluízio Campos; e no terceiro, foram identificadas e analisadas possíveis contestações, conflitos e contradições dos agentes envolvidos no empreendimento. Ao final do levantamento, apresenta-se uma síntese das análises desenvolvidas.

## **CAMPINA GRANDE E A AGENDA URBANA**

Na produção do espaço urbano e na promoção da agenda urbana de Campina Grande tem prevalecido, historicamente, os interesses de grupos políticos, normalmente liderados por famílias que têm exercido cargos de liderança, principalmente, nas esferas Executiva e Legislativa, e que têm atuação de âmbito econômico diversificada; e os interesses de agentes econômicos que integram ou apoiam esses grupos, que atuam, principalmente, nos setores fundiário-imobiliário, industrial, comercial e de serviços. Predominam relações particularistas entre esses agentes, que se expressam na apropriação privada, principalmente no âmbito imobiliário, da provisão pública e social de infraestruturas e de serviços públicos. Normalmente, esses agentes conseguem naturalizar e dissimular essa apropriação privada dos investimentos públicos, como algo em benefício de toda a sociedade, em nome do “desenvolvimento”.

Como expressões evidentes do desenvolvimento urbano de Campina Grande é possível destacar: a expansão e dispersão urbana a partir, principalmente, de conjuntos habitacionais populares e condomínios fechados voltados a segmentos de média e alta renda; a retenção especulativa de terrenos em áreas infraestruturadas e com ampla oferta de equipamentos e serviços; e a precariedade das condições de habitabilidade, de infraestruturas e serviços nos assentamentos populares. Há, portanto, a combinação de processos e condições estruturais relacionados à questão fundiária e poderes políticos e econômicos com processos mais recentes, viabilizados pelas condições e oportunidades econômicas conjunturais, principalmente os financiamentos públicos e privados e os investimentos públicos seletivos espacialmente.

A agenda urbana recente de Campina Grande tem se caracterizado pela articulação de processos de reestruturação urbana e projetos de grande impacto, abrangendo os campos da produção industrial e de serviços, tecnologia, ambiental e habitacional, considerando atributos reconhecíveis, potenciais e artificiais do município reforçados por ensaios de marketing territorial. Vale ressaltar que essa agenda abrange também uma perspectiva regional,

considerando a função histórica de intermediação e de polarização de bens e serviços exercidas por Campina Grande, entre João Pessoa e Recife e diversas cidades do interior da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

Uma proposta (PLS 789/2015) para criação de uma Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Campina Grande–Caruaru já foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado (CDR). A comissão foi presidida pelo senador Veneziano Vital do Rego (ex-prefeito de Campina Grande). A partir da RIDE há a previsão de que as vocações comuns aos dois municípios-polos que estão relacionadas ao setor de vestuários e de confecções, móveis, turismo e atividades culturais, sejam potencializadas. Juntas, polarizam mais de 50 municípios. Com a RIDE seria possível, ainda, melhorar o aproveitamento socioeconômico dos recursos hídricos das regiões de baixa renda; fomentar atividades produtivas em programas de geração de empregos; e contribuir para a fixação da mão de obra na região. Para a gestão da RIDE deverá ser criado um conselho administrativo que terá a representação dos governos estaduais de Pernambuco e Paraíba e das cidades envolvidas (Agência Senado, 2019).

Se as bases das agendas e dos processos urbanos e regionais em Campina Grande ainda são definidas, em parte significativa, por grupos políticos liderados por famílias, é importante reconhecer algumas de suas características.

Em Campina Grande as estruturas de poder político e econômico na Paraíba são dominadas por pelo menos 20 grupos familiares. Os capitais simbólicos e materiais são transmitidos de geração a geração, num acúmulo constante de poder que tende a se aprofundar nas próximas décadas, visto que os herdeiros são os que têm/estão ocupado/ocupando as principais instâncias de representação política (MONTEIRO, 2016). Cinco famílias disputam os cargos políticos, são elas: a “família Vital-Rêgo”, a “família Cunha Lima”, a “família Gadelha/Pires”, a “família Feliciano” e a “família Ribeiro”. Com predominância das articulações a partir da família Cunha Lima nas últimas décadas, o que se rebate, também, na agenda e nos processos de desenvolvimento urbano.

As famílias mencionadas, em sua grande maioria, são tradicionais, detendo o controle sobre a propriedade da terra desde o século XIX. Com o processo de industrialização no século XX e o paradigma tecnoinformacional no século XXI, esses agentes têm ampliado seus patrimônios, por meio das redes de parentesco no controle de instâncias e setores do aparelho de estado e, também, com a atuação em outros setores da economia, por meio de financiamentos públicos. Outros setores, para além do fundiário-imobiliário e da construção civil, com atuação dessas famílias são importantes para a construção de agendas urbanas,

como a mídia televisiva e de jornais, instituições de ensino privado do Estado da Paraíba e setor industrial.

## **A AGENDA URBANA E OS PROJETOS DE GRANDE IMPACTO**

Se são constatáveis alguns dos interesses, campos de atuação e poderes dos grupos políticos ligados às famílias, é fundamental evidenciar os projetos e empreendimentos que foram promovidos por eles em articulação com agentes econômicos privados. Nos planos e projetos elencados, fica evidente a opção pela articulação de Parcerias Público-Privadas para promover o desenvolvimento local. No entanto, a maioria dos empreendimentos ainda não se viabilizou integralmente. São eles: i) o Plano Estratégico de Desenvolvimento Campina Grande 2035; ii) o Plano de Mobilidade Urbana; iii) o parque do povo e o maior São João do mundo; iv) o Vila Nova Centro: um *shopping* a céu aberto; v) o Programa de Parcerias Público-Privadas; vi) a privatização do saneamento básico.

Entre as políticas que poderiam ser enquadradas como promotoras de bem-estar urbano destaca-se a política de provisão de moradias. No município, entre 2013 e 2019, foram construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), 8.608 unidades habitacionais na Faixa 1 do programa e 12.788 unidades habitacionais, nas Faixas 2 e 3<sup>1</sup>, totalizando 21.390 novas unidades habitacionais (BRASIL, 2016). Tal número representa um incremento de aproximadamente 18% no total de domicílios do município. Um número superior ao déficit de 16.593 novas unidades habitacionais<sup>2</sup>, indicado nos estudos realizados para a elaboração do Plano Municipal de Habitação (CAMPINA GRANDE: 2008) (MIRANDA, L.; MORAES, D.; LIMA, J. B., 2020).

Além da maior parte da produção de empreendimentos da Faixa 1 estar localizada em áreas periféricas, sem uma oferta adequada de equipamentos e serviços urbanos, ressalta-se a significativa produção habitacional nas Faixas 2 e 3 do PMCMV destinada ao mercado, confirmando o que já apontou a rede Moradia e Cidades sobre a inversão da provisão em relação às necessidades do déficit habitacional e à financeirização da política habitacional (SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L.; RUFINO, M. B.; 2015). Como consequência, apesar do

---

<sup>1</sup> O Programa Minha Casa Minha Vida organizou a provisão de habitação de interesse social a partir das faixas de renda familiar bruta dos beneficiados. Em princípio foram três faixas: 1, 2 e 3, que correspondiam a rendimentos entre R\$ 1.600,00, R\$ 3.275,00 e R\$ 5.000,00, respectivamente. Posteriormente, esses valores variaram e antes da sua extinção o programa previa quatro faixas de renda: Faixa 1 – R\$ 1.800,00; Faixa 1,5 – R\$ 2.600,00; Faixa 2 – R\$ 4.000,00; e Faixa 3 – R\$ 9.000,00. (CEF, 2020).

<sup>2</sup> Déficit habitacional básico calculado a partir de levantamentos locais da Prefeitura Municipal de Campina Grande 2006. No cálculo da provisão direta e indireta de novas unidades habitacionais foi incluída a produção de lotes urbanizados e embriões (CAMPINA GRANDE, 2008, p. 12-13).

grande número de unidades produzidas ainda há um déficit significativo de regularização urbanística e fundiária de assentamentos populares e até de provisão de novas unidades habitacionais, com os objetivos econômicos sobrepondo-se à promoção de bem-estar.

*Na agenda Urbana, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Campina Grande 2035 (PED-CG 2035)*

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Campina Grande 2035 (PED-CG 2035) foi elaborado a partir de ação conjunta entre a FIEP e a prefeitura municipal, com a colaboração do IFPB, tendo um investimento inicial de R\$ 500 mil, contando com financiamento da SUDENE. A empresa de consultoria Macroplan foi contratada pela FIEP para coordenar o processo de elaboração do PED-CG 2035.

O PED-CG 2035 não abrange apenas o município de Campina Grande; foram também inseridos outros cinco municípios: Lagoa Seca, Queimadas, Boa Vista, Massaranduba e Fagundes (MACROPLAN; FIEP; COMITÊ GESTOR DO PEG CG 2035, 2017). Vale ressaltar que a inclusão desses municípios no plano levou em consideração apenas a vizinhança entre os limites municipais, sem avaliar a rede de relações que se estabelece na Região Intermediária de Articulação Urbana de Campina Grande (IBGE, 2017) ou na Região de Influência da Cidade (IBGE, 2007 e 2020), ou ainda o Arranjo Populacional de Campina Grande, onde se identificam as densidades de movimentos pendulares para o estudo e para o trabalho na aglomeração (IBGE, 2015).

Na “visão de futuro” do plano estratégico foram previstas 30 metas mobilizadoras a serem alcançadas até 2035 em Campina Grande e 15 metas para cada um dos municípios. Foram previstos, ainda, no mesmo documento, 28 desafios estratégicos, com o objetivo de alcance até 2025 e 13 programas estratégicos para realização em curto prazo (até 2020). Esses programas foram subdivididos em 74 projetos, sendo 39 privados ou em parcerias e 35 públicos. As metas estão subdivididas em três grandes eixos comuns a todas as cidades partícipes: prosperidade, qualidade de vida e governo eficiente. Dentre esses programas, apenas o Aluizio Campos está em processo de desenvolvimento até o momento, especificamente o projeto de construção do complexo logístico, industrial e habitacional (MACROPLAN; FIEP; COMITÊ GESTOR DO PEG CG 2035, 2017).

Como já destacou Nascimento (2019, p. 15), analisando a relação entre desenvolvimento urbano e a inovação a partir do PED-CG 2035 e do Complexo Aluizio Campos, as estratégias de prosperidade (região competitiva e empreendedora, competente e inovadora) visam potencializar a promoção de um sistema regional de inovação e uma cidade ligada à economia criativa ou inteligente. No entanto, para a sua materialização serão necessárias uma série de adaptações e investimentos, como estruturas físicas e virtuais e adequação de mão de obra

especializada, que não estão disponíveis em Campina Grande, gerando fortes incongruências entre o projeto e a realidade local.

Os proponentes do plano apontaram para a necessidade de promover uma “blindagem política” dos vários empreendimentos que o compõem, por meio de parcerias público-privadas, tornando-os menos vulneráveis às disputas dos grupos políticos. No caso do Complexo Aluizio Campos, por exemplo, os estudos apontam que o modelo de gestão do empreendimento deve ser estruturado a partir da concepção de gestão compartilhada, com a iniciativa privada ficando responsável pelas definições referentes ao desenvolvimento econômico do complexo e a prefeitura restrita ao papel de regulador e fiscalizador para garantir as condições de sustentabilidade ambiental e social. Pôde-se perceber que há um reconhecimento, entre os agentes que compõe a articulação, que os particularismos têm comandado as relações políticas e podem ser obstáculos do desenvolvimento que se quer alcançar. Ao mesmo tempo, configuradas as relações familiares evidenciadas anteriormente, observa-se que se quer garantir o controle do processo por determinados grupos.

Em junho de 2018, a Lei nº 6.941 instituiu o PED-CG 2035 como meta obrigatória a ser cumprida pelos atuais e futuros gestores municipais. A aprovação desse projeto se deu sem que fosse apreciado antes pelo Conselho da Cidade de Campina Grande e sem discussão ampla com a sociedade a partir de audiências públicas. Outra questão importante é que o plano abrange os territórios de outros municípios e não há ressalvas quanto aos limites territoriais que poderiam ser objeto dessa lei. Ainda é importante destacar que a produção do Plano Estratégico PED-CG 2035 paralisou o processo de revisão do Plano Diretor (Lei nº 003/2006), que vinha sendo revisado na Secretaria de Planejamento, até o momento, sem processo participativo.

A Lei nº 6.941/2018 criou também o Comitê Gestor do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Campina Grande, estrutura com *status* de Conselho Municipal, composto por 22 membros permanentes, que terão como missão o acompanhamento da execução, do monitoramento e da revisão periódica do plano. No Comitê Gestor se destaca a centralidade da FIEP. Para essa federação foram previstos quatro assentos dos 22 do Comitê Gestor, e ainda, a presidência dessa instância. Seu presidente também é membro da diretoria da Associação Comerciale Empresarial de Campina Grande (ACCG), que também tem assento no comitê. Além disso, a FIEP é responsável pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), outro integrante do comitê. O Sindicato da Indústria da Construção (SIDUSCON/PB), com outro assento nessa instância de gestão, é filiado à federação. É importante destacar que o SIDUSCON/PB tem como um de seus vice-diretores

um sócio da Construtora Rocha Cavalcante Ltda., empresa que tem uma atuação ampla no Complexo Aluizio Campos e na execução de outros projetos urbanos do município.

## **A ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO PARCIAL DO COMPLEXO ALUIZIO CAMPOS**

O Complexo Aluizio Campos é o principal projeto do Plano Estratégico de Desenvolvimento Campina Grande – 2035 (PEDCG2035) e pretende configurar uma nova centralidade na cidade e promover o desenvolvimento local e regional a partir da implantação de um “Sistema polo produtivo, integrado e autossustentável”. O projeto propõe: (i) um complexo industrial; (ii) um complexo logístico (armazenamento, transportes, comércio atacadista e de distribuição); (iii) instituições de P&D e empresas de base tecnológica e serviços avançados; (iv) uma zona residencial; (v) um jardim botânico (MACROPLAN; FIEP; COMITÊ GESTOR DO PEG CG 2035, 2017).

A implantação do complexo na porção sudeste do município foi orientada por vantagens locacionais: (i) a disponibilidade e facilidade de aquisição de terras (aproximadamente 800 hectares) na franja urbana do município<sup>3</sup>; (ii) uma região de confluência entre as rodovias BR-104 e BR-230, a linha férrea, e o aeroporto Presidente João Suassuna; (iii) a proximidade com os distritos industriais existentes. Com essas condições seria possível potencializar a implantação de indústrias leves e de base tecnológica e operadores logísticos do Nordeste brasileiro, as conexões e os fluxos de bens, serviços e pessoas, prevendo uma aproximação com os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco e Ceará.

Visando a constituição de um sistema produtivo local, o PED-CG 2035 elencou seis desafios prioritários para a área do desenvolvimento econômico associados ao Complexo Aluizio Campos: (i) adensar a inserção regional de Campina Grande; rodovias, ferrovias, porto, aeroporto, infovias e *hub* logístico; (ii) potencializar a vocação industrial e atrair novas indústrias para a cidade; (iii) incentivar o empreendedorismo local e a formalização; (iv) desenvolver e incentivar o polo tecnológico; (v) ampliar a capacidade de formação e retenção de mão de obra alinhada às potencialidades e às necessidades do mercado; (vi) potencializar a vocação da cidade no setor de serviços avançados (MACROPLAN, FIEP, COMITÊ GESTOR DO PEG CG 2035, 2017).

---

<sup>3</sup> O empreendimento ocupa terras da antiga Fazenda Ligeiro, de propriedade de Affonso Rodrigues de Sousa Campos (um importante político local). Com a sua morte e sem deixar herdeiros, essas terras foram doadas à Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FURNE) da Universidade Estadual da Paraíba e posteriormente adquiridas por desapropriação, mediante pagamento, realizada pela Prefeitura Municipal de Campina Grande.

O PED-CG 2035 aponta, ainda, a necessidade de melhoria das condições logísticas existentes, a partir de parcerias público-privadas, e entre as principais obras destaca: (i) a finalização da duplicação da rodovia BR-104 para expandir o escoamento de produtos até o Porto de Suape (Pernambuco); (ii) a reativação do modal ferroviário, que deverá se conectar à Transnordestina e ao Porto de Cabedelo (PB) e, em um segundo momento, SUAPE (PE) e PECÉM (CE); (iii) a ampliação/implantação de um novo aeroporto, para recepção de um fluxo mais intenso de voos comerciais e de carga.

Os desafios, metas e propostas estratégicas no âmbito do PED-CG 2035 evidenciam a inserção do Complexo Aluízio Campos como um projeto urbano a serviço de uma modalidade estratégica de desenvolvimento econômico. O protagonismo do setor econômico é evidenciado, com o setor industrial como centro das atividades do complexo. Tal arranjo reafirma a força da FIEP como um agente estável para a proposição de uma agenda pró-crescimento para a cidade.

O Complexo Aluízio Campos objetivaria materializar uma agenda de inserção competitiva do município de Campina Grande e seu entorno, no ambiente regional, nacional e internacional. Sua concepção é marcada pela gramática do “planejamento estratégico”, com o discurso da potencialização das vantagens competitivas locais para promover o desenvolvimento socioeconômico, a partir do aumento da produtividade e da competitividade com eficiência e eficácia empresarial. Entre essas vantagens, o Plano Estratégico PED-CG 2035 destaca: (i) a capacidade de polarização de Campina Grande, ao se configurar como Capital Regional (REGIC, 2018)<sup>4</sup>; (ii) o pioneirismo no processo de industrialização entre as cidades do interior nordestino, desde os anos 1940 a partir do beneficiamento do algodão e mais recentemente a concentração de indústrias leves e de base tecnológica; (iii) o polo educacional-tecnológico que concentra três universidades públicas e 19 universidades/faculdades privadas; (iv) as boas condições de vida (IDH de 0,72) e menor concentração de problemas urbanos, comparativamente aos grandes centros (MACROPLAN; FIEP; COMITÊ GESTOR DO PEG CG 2035, 2017.)

A concepção do empreendimento é anterior à concepção do PED-CG 2035. Foi oficialmente proposto em 2013, pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, na primeira gestão do prefeito Romero Rodrigues em articulação com agentes econômicos e políticos locais. Destacaram-se nessa articulação o papel de associações econômicas como a FIEP, a

---

<sup>4</sup> O estudo das Regiões de Influência de Cidades (REGIC) define a hierarquias de gestão do território e a hierarquia urbana dos municípios brasileiros a partir da densidade de bens e serviços oferecem e sua capacidade de atração, em cinco grupos hierárquicos de referência: metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais (IBGE, 2020).

Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campina Grande (CDL) e alguns políticos locais (que exerciam seus mandatos nas esferas estadual e federal). Ainda de forma menos central na articulação, pode-se apontar o setor da construção civil e imobiliário, alguns desses proprietários de terras na hinterlândia do empreendimento e setores da Universidade Federal de Campina Grande ligados às áreas de Engenharias e Informática.

Em relação ao parcelamento do solo associado ao Complexo Aluízio Campos, cinco loteamentos já estão aprovados e registrados na Prefeitura Municipal de Campina Grande:

- I. o **Loteamento Aluízio Campos I**, com uma área de 1.175.652,64 metros quadrados, destina-se ao componente habitacional. Nesse loteamento estão previstos, além da habitação, equipamentos comunitários e lotes destinados a comércio e serviços. O primeiro empreendimento viabilizado nesse loteamento foi o Conjunto Habitacional Aluízio Campos, financiado com recursos do programa Minha Casa Minha Vida (Faixa 1), contendo 4.100 unidades habitacionais e já construído e entregue.
- II. o **Loteamento Aluízio Campos II**, com uma área de 2.954.086,96 m<sup>2</sup>, abriga o componente indústria, destinado à implantação de empresas do setor industrial. Além disso, estão previstos lotes residenciais, lotes de comércio e serviços. Atualmente, estão em fase de implantação duas indústrias e um polo de modas, e dois empreendimentos habitacionais promovidos pela Construtora Rocha Cavalcante Ltda.: o Campina Residence 1 e 2.
- III. o **Loteamento Aluízio Campos III**, com uma área de 762.9000,00 m<sup>2</sup> está voltado ao setor logístico e prevê a instalação de um porto seco. Ainda não foi viabilizado.
- IV. o **Loteamento Aluízio Campos IV**, com uma área de 395.823,37 m<sup>2</sup>, tem previstos lotes de uso misto destinado à habitação, comércio e serviços, equipamentos comunitários. Nele será implantado o Conjunto Habitacional – Sociedade dos Amigos do bairro (SAB), a ser viabilizado a partir do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, tendo por proponente a União de Equipes Sociais de Campina Grande.
- V. o **Loteamento Aluízio Campos V**, com uma área de 2.905.465 m<sup>2</sup>, onde serão instalados a tecnópolis, o jardim botânico e indústria, comércio e serviços.

O loteamento Aluízio Campos gerou um grande estoque de terras para a produção habitacional pública e privada que poderão ser doadas ou comercializadas em função dos interesses da Prefeitura de Campina Grande. As fontes de receitas previstas para o financiamento da sua implantação são os investimentos financeiros por meio de parceiros e de agências de fomento e fundos governamentais; a cessão onerosa de lotes; e a venda de serviços compartilhados (central de geração de energia, reciclagem, segurança) cobrados em taxas condominiais, venda direta ou outras formas de comercialização, algumas dessas viabilizadas por meio de parcerias público-privadas. Mesmo estando prevista a modalidade de parcerias público-privadas, coube, até o momento, aos agentes governamentais a provisão das infraestruturas necessárias para a implementação dos empreendimentos. Corroborando com as afirmações de Carvalho (2020), quando ressalta que os agentes locais esperam do estado os investimentos anteriores ao seu engajamento.

A maioria das questões e problemas que vem sendo apontada por estudos sobre os empreendimentos habitacionais realizados no âmbito do PMCMV por todo Brasil relativos à falta de qualidade arquitetônica e urbanística dos projetos se reproduzem no componente habitacional do Complexo Aluízio Campos. Entre esses problemas já é possível destacar: a desarticulação do empreendimento habitacional em relação à malha urbana e à cidade; a produção de tipos arquitetônicos repetitivos e inadequados às necessidades dos futuros moradores, considerando os vários perfis familiares; implantações inadequadas em relação à topografia e quanto ao conforto ambiental; falta de flexibilidade dos sistemas construtivos das edificações multifamiliares, impossibilitando adaptações e ampliações pelos moradores, entre outros.

Ressalta-se que os moradores, em função dos perfis socioeconômico e profissional, dificilmente estarão habilitados, em sua maioria, às demandas de mão de obra exigidas pelas atividades previstas para o Complexo Aluízio Campos. Contrariando, assim, um dos princípios propostos para sua implantação: de associação entre residência e trabalho. Nesse aspecto, o PED-CG 2035 ressaltava os possíveis efeitos positivos quanto à redução de custos para os empregadores e a redução de impactos negativos sobre a mobilidade urbana. Vale ressaltar que os empreendimentos industriais, de serviços compartilhados, de logística e tecnológicos vêm, crescentemente, ampliando suas exigências de qualificação da mão de obra.

A partir das entrevistas realizadas com os agentes envolvidos no empreendimento, foi possível constatar questões que podem gerar conflitos entre os agentes envolvidos na articulação, para além das disputas político-partidárias. A primeira delas está relacionada à dificuldade de implantação de infraestruturas urbanas nos demais componentes, o que pode gerar frustração das empresas que adquiriram terrenos, principalmente aquelas localizadas mais distante do perímetro urbanizado do complexo.

### **A NOVA REGULAÇÃO PARA O COMPLEXO ALUIZIO CAMPOS**

Os primeiros passos de implantação do Complexo, entre 2013 e 2014, aconteceram com os processos de desapropriação, alienação e regularização de terrenos. Além das desapropriações, o perímetro urbano do município foi ampliado com o Decreto nº 4.088/2014, para viabilizar a implantação do Conjunto Habitacional Aluízio Campos, com recursos do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Para viabilizar o empreendimento habitacional, parte dos terrenos que vinha sendo desapropriada desde abril de 2013 (Decretos nº 3.599/13, 4.047/13, 4.078/14) foram alienados ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), por meio da Lei 5.590/14 e do Decreto 4.089/14, respectivamente.

O Complexo Aluízio Campos está situado com 20% de sua área em zona rural e 80% em zona urbana, mais especificamente, na Zona de Ocupação Dirigida prevista pelo Plano Diretor (Lei Complementar nº 003, de 9 de outubro de 2006). Essa zona, em função das suas condições ambientais, tem diretrizes e parâmetros que apontam para o uso e ocupação do solo e parcelamento de baixa densidade. Essa diretriz foi ignorada na previsão do empreendimento, já no loteamento Aluízio Campos I. Além disso, houve a mudança do perímetro urbano, que foi importante para a implementação de loteamentos urbanos, previstos no projeto.

Outra flexibilização legal aconteceu sobre a zona de proteção do aeródromo, em função do empreendimento habitacional Aluízio Campos. Houve a revisão dos limites dessa zona, já que havia restrição da Infraero quanto à ocupação do solo, sendo proibido o uso habitacional e incentivados usos como industrial e logístico em decorrência do Plano de Zoneamento de Ruído.

Nos últimos 12 anos, a periferia urbana tem sido objeto de diversos empreendimentos, principalmente condomínios fechados e conjuntos habitacionais. Há, atualmente, uma significativa pressão de empreendedores imobiliários e proprietários fundiários sobre a prefeitura para que haja ampliação do perímetro urbano.

Em relação ao Complexo Aluízio Campos, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) elaborado a partir de 2015, pela Veritas Engenharia Ambiental, e finalizado em 2016, com valor estimado em R\$ 341.978,12, não apresentou restrições significativas ao empreendimento, mesmo considerando os diversos corpos d'água e aflorações rochosas, elementos que caracterizam a área como ambientalmente frágil. O relevo é acidentado, exigindo grandes movimentos de terra para viabilizar a urbanização e ocupação. A localização desarticulada da malha urbana e as condições físico-ambientais dificultam a implantação da infraestrutura de saneamento (água e esgoto). Além dessas questões, o Estudo de Impacto Ambiental (CAMPINA GRANDE, 2015) aponta que somente os Residenciais Aluízio Campos poderão gerar um fluxo de 14 mil a 20 mil pessoas e um aumento de até 46,1% em relação à população atual residente na área de influência do empreendimento.

## **AGENTES E ARTICULAÇÕES ATUANTES NO COMPLEXO ALUÍZIO CAMPOS**

Fruto da articulação de agentes econômicos e políticos influentes na agenda urbana de desenvolvimento campinense, o Complexo Aluízio Campos expressa relações assimétricas entre o estado, o mercado e a sociedade. O bloco hegemônico local que parece mais evidente é formado por uma articulação público-privada protagonizada por lideranças político-empresariais locais em parceria com o governo municipal, entre os quais se destacam a FIEP, CDL e ACCG. Eles estão interessados nos ativos econômicos do complexo, de modo

especial, os componentes industrial e logístico, e até então foram beneficiados com a aquisição de lotes para a instalação de empreendimentos no setor industrial, logístico e habitacional. Já o governo municipal possui um papel relevante na concepção, execução e captação de recursos necessários às infraestruturas e serviços para viabilizar esses componentes.

As instituições representativas lideradas pelos empresários compõem importantes conselhos propositivos, fiscalizadores e deliberativos associados ao complexo. Junto à Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE), a ACCG, CDL e FIEP são parte do Comitê Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE), atualmente responsável por avaliar e deliberar sobre a venda de lotes e implantação de empresas nos setores industrial e logístico do complexo. Entre essas instituições, a FIEP ainda possui uma atuação especial, já que com a SUDENE, a PMCG e o IFPB, financiou e coordenou a concepção do empreendimento articulado ao PED-CG 2035, além de possuir expressivo poder decisório sobre o complexo através do comitê gestor.

A atuação do bloco empresarial se dá por meio de arranjos com o setor público baseados em relações particularistas. Alguns dos empresários que compõem as instituições são sócios e/ou familiares de políticos locais tradicionais que, como já demonstrado por Monteiro (2016), dominam a estrutura de poder político e econômico da Paraíba. Outros agentes políticos estão conectados por meio das doações de campanha eleitoral e declarações públicas de apoio a candidatos. Essas conexões podem garantir os interesses de determinados agentes no aproveitamento do complexo e demais projetos da agenda urbana campinense, a partir de estratégias como alterações de legislação, a elaboração de planos e projetos, a participação em comitês e conselhos, a viabilização institucional de contratos e empreendimentos e a ocupação de empresários em cargos estratégicos do governo municipal.

Além do Complexo Aluizio Campos, o bloco empresarial também aparece com uma atuação importante na promoção de outros seis grandes empreendimentos/mobilizações da agenda urbana do município, que podem revelar uma coalizão de poder mais ampla, e são eles: (i) o Plano Estratégico de Desenvolvimento Campina Grande – 2035; (ii) o Programa de Parceria Público-Privado; (iii) o Seminário Cidade Expressa; (iv) o *Shopping* a Céu Aberto; (v) o Veículo Leve sobre Trilhos; (vi) e o evento “O maior São João do mundo”.

Uma frente tecnocrática composta por instituições de educação de ensino superior, e representada pela Escola Técnica Redentorista, a Fundação Parque Tecnológico, o IFPB, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a FACISA, foi identificada a partir da análise dos agentes envolvidos nesses projetos, podendo subsidiar ou legitimar propostas e empreendimentos do bloco empresarial.

Apesar disso, os interesses de seus representantes são múltiplos, podendo ter papéis diversos e contraditórios, com alguns setores das universidades mais articulados e apoiadores da agenda empreendedorista e outros contestadores, que dão visibilidades aos conflitos e inconsistências. Essas instituições têm representantes que compõem os conselhos e comitês municipais e, em algumas ocasiões, participam efetivamente do processo de promoção, elaboração e execução dos projetos e eventos da agenda urbana. No Complexo Aluizio Campos essa frente é parte da articulação pró-crescimento e está relacionada, mais especificamente, ao projeto da tecnópolis. Esse componente ainda não está sendo implementado.

Os empreendimentos da agenda urbana identificados na pesquisa são projetos público-privados que revelam as forças e grupos políticos familiares dominantes e tendências da pauta urbana contemporânea, com a proposição de planos estratégicos e PGIU e de instâncias de governança corporativa restrita, enquanto expressões da agenda urbana empresarialista-particularista. No âmbito institucional-legal, as articulações público-privadas são capazes de promover: (i) rupturas e flexibilizações nas leis; (ii) novos arranjos administrativos e decisórios; (iii) distorções nos contratos de parceria público-privada; (iv) e um progressivo redirecionamento das estruturas de planejamento e gestão urbana municipal, como subsidiárias dos interesses dos agentes de mercado.

No Complexo Aluizio Campos essas tendências estão expressas: (i) nas inúmeras alterações em relação a leis vigentes, de modo especial, aquelas que se referem ao uso e ocupação do solo; (ii) nos modelos e instâncias de gestão compartilhada e restrita, com predominância dos agentes do meio empresarial no CMDE e Comitê Gestor do PEGG-2035; (iii) nos novos incentivos fiscais e econômicos, bem como na criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (FMDE); (iv) nas novas atividades previstas para a AMDE, de controle e gestão do processo de implementação de empreendimentos no complexo.

Do ponto de vista político-simbólico, os projetos-modelos são apresentados como capazes de catalisar e promover o desenvolvimento da cidade, a sua inserção global e o seu “renascimento”. A partir da busca de diferenciais diante das crises econômica, política e social, o *marketing* territorial promove a agregação das novas tendências de planejamento e gestão urbanos de cunho empresarialista com a retomada de percepções e concepções históricas relacionados a supostas vocações intrínsecas que ajudam a construir e reconstruir velhas e novas representações de cidade a partir das propostas e das intervenções urbanas. Esse plano discursivo, para o caso da agenda urbana, está expresso nos supostos empreendedoristas e inovadores do município: “cidade sustentável”, “cidade

empreendedora”, “cidade dinâmica”, “cidade do futuro”, “20 anos à frente”, “cidade polo tecnológico-educacional”, “cidade acessível, moderna e sustentável”. Nesse contexto, o Conjunto Habitacional Aluizio Campos é apresentado como “o maior conjunto habitacional em construção no país” na busca de demonstração de eficácia e poder de realização do governo municipal.

Do ponto de vista espacial, tanto o complexo como outros projetos da agenda urbana empresarialista-particularista promovem ou mobilizam: (i) remoções e realocações, como as que estão sendo realizadas com os posseiros dos terrenos de implantação do empreendimento; (ii) empreendimentos que pressionam e impactam as áreas socioambientalmente frágeis; (iii) novas frentes de expansão e especulação imobiliária; (iv) a expansão urbana descontínua (dispersão) e refuncionalização de fragmentos do território; (v) processos de segregação e desigualdade socioespacial; (vi) processos de valorização fundiária e imobiliária (MIRANDA et al., 2019). O Complexo Aluizio Campos, portanto, reforça e acentua a produção do espaço na periferia da cidade a partir de uma frente de agentes fundiários e imobiliários, gerando um novo vetor de expansão urbana da cidade, com a valorização de terras no entorno dos empreendimentos para novas iniciativas imobiliárias (MIRANDA et al., 2019).

Assim como a frente dos agentes econômicos da indústria e dos serviços, a frente fundiária-imobiliária demonstra muita dependência das articulações promovidas por agentes do governo municipal e de outras esferas e de recursos públicos, investidos diretamente em habitação, infraestruturas e serviços urbanos ou financiamentos para os empreendimentos produtivos e de serviços. Cabe destacar as atuações na esfera local de projetos de infraestrutura por parte dos governos estadual e municipal, bem como as propostas de financiamento da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e do Banco do Brasil para os componentes habitacionais, e da SUDENE no PECG-2035, e para a infraestrutura dos componentes produtivos do complexo e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Dependem, também, das alterações nas leis urbanísticas que permitam maiores potenciais construtivos e maior rentabilização dos investimentos imobiliários.

As articulações dos agentes públicos municipais não estão restritas à busca de financiamentos e à construção de empreendimentos. Apesar da proposta de restrição à prefeitura na regulação de empreendimentos como o complexo, prevista no PED-CG 2035, até então ela teve um papel relevante, principalmente como facilitador da implantação do projeto. Representadas por técnicos e políticos locais tradicionais, a partir das Secretarias de Planejamento, Gestão e Transparência de Campina Grande (SEPLAN), PGM e AMDE, foi responsável por projetar o desenho urbano do empreendimento, desapropriar terrenos,

realocar posseiros, doar e vender lotes, selecionar os moradores e, junto à Câmara Municipal, criar e aprovar decretos e leis. Deve-se destacar também sua capacidade de articulação com os diferentes agentes e frentes, em múltiplas escalas e setores, ainda que marcada por relações particularistas, e da predominância dos interesses privados em detrimento do público.

É por meio da atuação do setor público que as contradições também ficam mais visíveis. Apesar da articulação público-privada pelo complexo não ser contestada no campo político, as intensas disputas político-eleitorais e articulações dos distintos grupos políticos que vêm se sucedendo no âmbito do poder local podem dificultar a execução de alguns projetos. Questão evidenciada nos conflitos entre agentes do governo do estado e da PMCG, em torno da implantação de equipamentos e infraestruturas do projeto, como nos casos do VLT, do sistema de abastecimento de água e da escola estadual do Complexo Aluizio Campos.

Outro agente fundamental para a divulgação da agenda urbana empresarialista-particularista é a mídia, principalmente a dos grandes veículos da imprensa. A mídia tem atuado também como promotora do Complexo Aluizio Campos, tentando constituir uma visão positiva sobre o empreendimento e os agentes responsáveis por viabilizá-lo. É importante destacar que muitos dos veículos de imprensa com maior alcance pertencem aos políticos locais. Apesar da sua capacidade de impulsionar, legitimar e dar (in)visibilidades por conveniência às ações de agentes, os registros de imprensa de contrapontos e críticas ao projeto são escassos. Quando existem, de modo geral, expõem as rivalidades partidárias enquanto estratégia de defesa, o que retoma o caráter particularista das conexões. Atuação que também caracteriza as igrejas e associações. Assim como a imprensa, elas têm capacidades de articular e mobilizar opiniões. Interessadas na aquisição de terrenos para a construção de novas sedes e empreendimentos, participam da articulação público-privada pelo complexo.

Em oposição, as vontades populares se expressam com menor intensidade e visibilidade a partir de mobilizações pela garantia do direito à moradia. São beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida, moradores do entorno do Complexo Aluizio Campos e posseiros dos terrenos desapropriados para a implantação do projeto. Revelam campos de disputa que são pouco articulados e que se expressam em mobilizações temporárias, sem contestar o complexo de forma abrangente, nem seus promotores. Portanto, não formaram, até o momento, uma articulação de oposição ao complexo.

## **CONTRADIÇÕES E CONFLITOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO COMPLEXO ALUÍZIO CAMPOS**

Alguns conflitos internos têm marcado a implantação do Complexo Aluizio Campos: (i) disputas políticas entre o governo estadual e a gestão municipal; (ii) dificuldades para

viabilização dos projetos previstos no complexo. Em seguida, serão reconstituídos alguns aspectos desses conflitos.

O Empreendimento começou a ser viabilizado em 2013 no primeiro mandato de Romero Rodrigues (PSDB) como prefeito de Campina Grande. Até então, o governo do estado era aliado do governo municipal, já que, durante a eleição de 2010, Ricardo Coutinho (PSB) foi eleito governador em uma coligação<sup>5</sup> formada pelo partido do prefeito campinense. Agentes importantes do cenário político, como Rômulo Gouveia (PSDB) e Cássio Cunha Lima (PSDB), candidatos a vice-governador e senador, respectivamente, também compunham a coalizão. Entretanto, em 2014, com a candidatura de Cássio Cunha Lima (PSDB) e Ricardo Coutinho (PSB) para o governo do estado, a coalizão foi rompida. Rômulo Gouveia foi reeleito deputado federal pelo PSDB e Ricardo Coutinho (PSB), governador do Estado da Paraíba.

Desde a ruptura, os grupos políticos ligados aos governos estadual e municipal têm disputado espaços políticos e, também, ações e obras da agenda de desenvolvimento urbano do município de Campina Grande. No caso do Complexo Aluizio Campos, além das disputas relacionadas às obras do empreendimento, como aquelas previstas do Plano de Parceria Público-Privada do Governo Estadual e do VLT, aliados da gestão municipal acusam o governo do estado de não contribuir com os projetos do Complexo Aluizio Campos.

Em 2 de outubro de 2017, o então senador Cássio Cunha Lima (PSDB) produziu um vídeo cobrando ao governo do estado parcerias para produção dos Colégios de Ensino Médio, base para Polícia Militar, Delegacia e Corpo de Bombeiros. Um dia depois da inauguração do complexo, em 12 de novembro de 2019, o então deputado estadual Tovar Correia Lima (PSDB), em discurso na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), prometeu enviar um ofício ao governador João Azevêdo para solicitar a instalação de uma escola de ensino médio e de postos policiais no local. No mesmo mês, em entrevista à rádio Cariri FM, o professor e representante da Associação dos Professores em Licenciatura (APLP), Odenilson Medeiros, questionou a falta de uma escola estadual de ensino médio no conjunto habitacional.

O Portal Paraíba Online divulgou uma notícia, em 22 de novembro de 2017, informando que a PMCG estava construindo o sistema de abastecimento d'água do Complexo Habitacional Aluizio Campos e que, segundo o prefeito, o governo do estado havia se recusado a construir a adutora do complexo. Contestando essa informação, o presidente do Sindicato dos Urbanitários da Paraíba (STIUPB) e coordenador de Gestão do governo do estado, Winton

---

<sup>5</sup> A coligação “Uma nova Paraíba” era formada pelo PSB, PSDB, DEM, PDT, PPS, PTC, PV, PTN, PRP, PR. Enquanto, a coligação “Paraíba Unida” era representada pelo PMDB, PT, PP, PTB, PSC, PRB, PSL, PMN, PCdoB, PHS, PTdoB, PRTB.

Maia Velez, afirmou, em entrevista a uma emissora de rádio em 31 de janeiro de 2019, que a CAGEPA jamais se negou a levar água para o conjunto, mas que, com a pretensão da instalação de indústrias no local, haveria a necessidade de um projeto de viabilidade hídrica. Em 11 de agosto do mesmo ano, a PMCG repassou à imprensa a informação de que havia adiado o início das vistorias das casas e apartamentos do conjunto do complexo, e que um dos motivos seria o fato de a CAGEPA e a ENERGISA não ligarem a água e a energia em todas as casas. No outro dia, o gerente regional da CAGEPA, engenheiro Lucílio Vieira, concedeu entrevista à Rádio CBN FM e informou que a companhia já havia concluído a interligação da subadutora do Complexo Aluizio Campos há mais de 15 dias. Portanto, os embates entre os governos municipal e estadual se sucederam em função, principalmente, da implantação de infraestruturas e foram amplamente veiculadas pela imprensa.

No que concerne aos conflitos e contradições externas ao Complexo Aluizio Campos e também à agenda urbana empresarialista-particularista, vale ressaltar que prevalece em Campina Grande, em relação à questão urbana, a atuação de um movimento comunitário consolidado, de caráter mais reivindicativo. Esse movimento está estruturado, principalmente, a partir das Sociedades de Amigos dos Bairros (SABs), com algumas lideranças estabelecendo relações particularistas com agentes governamentais e parlamentares.

Não há em Campina Grande movimentos sociais urbanos progressistas estruturados e, talvez, as críticas mais incisivas em relação à agenda empresarialista ocorram pontualmente a partir de grupos políticos partidários, sindicatos, ONGs e de núcleos e professores das universidades. Foi criada, recentemente, a “Frente pelo direito à cidade” de Campina Grande, que agrega integrantes de ONGs, de núcleos acadêmicos, entre eles o Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles, e de movimentos sociais para pautar questões sobre a cidade que contribuam para reflexões críticas sobre as desigualdades e injustiças socioterritoriais e para propor uma agenda tendo o direito à cidade como horizonte de transformações estruturais. A frente lançou em 2019 uma “Carta pelo direito à cidade! em Campina Grande, que defende uma agenda pró bem-estar urbano, visando uma cidade democrática e socioambientalmente justa, contrapondo-se à agenda empresarialista. Todavia, esses grupos e organizações mais progressistas e críticos em relação à agenda urbana dominante (empresarialista-particularista) e ao Complexo Aluizio Campos não vêm logrando constituir uma oposição expressiva.

Um dos conflitos importantes para a instalação do complexo esteve relacionado à remoção de posseiros, mas essa questão não ganhou visibilidade pela grande mídia. Existiam oito posseiros na área, que foram contemplados com unidades habitacionais do Residencial Aluizio Campos.

Alguns protestos e críticas pontuais ocorreram em relação ao complexo, entre elas: 85 famílias do bairro do Ligeiro (município de Queimadas) fizeram um abaixo-assinado informando a insatisfação com a detonação de explosivos na obra que resultaram em prejuízos em suas residências, como rachaduras; os organizadores de uma rede social para uso dos moradores do bairro das Malvinas, “Malvinas Online”, questionaram, em uma postagem, a proposta de criação da primeira subprefeitura no Complexo Aluizio Campos, já que há outros bairros mais ou tão populosos quanto o Aluizio Campos na cidade, como Malvinas, Catolé e José Pinheiro e que não contam com subprefeituras. Entretanto, esses questionamentos não expressam uma oposição ao empreendimento.

### **O PAPEL DA MÍDIA NO CONFLITO**

A análise do conteúdo de notícias veiculadas pela mídia em relação ao Complexo Aluizio Campos permitiu verificar que fica evidente o apoio da mídia à articulação pró-crescimento (empresarialista-particularista) em Campina Grande. Há poucos registros de conflitos internos e externos relacionados ao empreendimento. Contrapontos aos projetos dificilmente são evidenciados, e quando são, estão associados a rivalidades partidárias.

As manchetes anunciam o Complexo Aluizio Campos como uma cidade sustentável, inovadora, exemplo para o país, destacando a grandiosidade do empreendimento e, por vezes, chegam a parabenizar a gestão Romero Rodrigues pela iniciativa. Há uma vasta quantidade de notícias e reportagens associadas às visitas ao complexo de representantes de diferentes grupos de interesses, poderes e articulações em múltiplas escalas: locais (padres, pastores, vereadores, empresários); regionais (108 prefeitos da Paraíba; diretor da Sudene); e de âmbito nacional (os presidentes Temer e Bolsonaro); e internacionais (o embaixador de Taiwan). Em pelo menos 40 das 400 reportagens e notícias selecionadas, há falas e entrevistas de autoridades sobre o complexo. Nesse sentido, mais do que uma visita para conhecer o empreendimento, essas atividades fizeram parte da agenda de promoção do complexo e de produção de uma opinião pública positiva sobre o empreendimento.

Foi possível, observar, ainda, algumas estratégias e convergências discursivas comuns aos Projetos de Grande Impacto e Planos Estratégicos. Se a sensação de crise foi fortemente evidenciada no discurso do PED-CG 2035 em função da perda das vantagens competitivas de Campina Grande em âmbito regional e das rivalidades partidárias. Tal estratégia aponta para o interesse em legitimar as respostas e soluções que poderão ser viabilizadas a partir do empreendedorismo urbano, por meio de parcerias público-privadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos levantamentos e das análises sobre as articulações público-privadas que vêm predominando na agenda urbana e na produção do espaço em Campina Grande, foi possível constatar que não existe uma coalizão política hegemônica capaz de anunciar um regime urbano pró-crescimento. Foram constatadas alianças entre agentes econômicos e agentes governamentais, estruturadas por meio da atuação das elites políticas locais, que mantêm padrões particularistas de associação.

Há grupos políticos, em torno de poucas famílias, que disputam e se alternam nos governos e nos parlamentos, e grupos empresariais, mais constantes, que têm alguns segmentos com maior inserção nas agendas públicas a partir das relações estabelecidas com cada grupo político. Essas disputas dos grupos políticos e a acentuação das relações particularistas entre os agentes, se não permitem a formação de um regime pró-crescimento, por outro lado, como são restritas a poucos agentes, permitem articulações público-privadas que planejam e empreendem em médio prazo. Normalmente as reeleições de representantes de determinados grupos políticos ampliam as possibilidades para que essas articulações possam propor agendas urbanas mais estruturadas e projetos e empreendimentos de grande impacto urbano. Todavia, as agendas e os grandes projetos em Campina Grande têm sido totalmente dependentes dos programas e financiamentos federais. Esse é caso do Complexo Aluizio Campos, empreendimento evidenciado neste relatório. Parte do empreendimento foi viabilizada, a habitacional principalmente, e a industrial-logística terá que aguardar novas oportunidades de financiamento de âmbito federal.

Pôde-se constatar que as articulações entre agentes diretamente envolvidos com o processo de produção do complexo, suas alianças e redes de relações estão permeadas de particularismos entre frações das elites locais, políticas e empresariais, que instrumentalizam a política e fomentam os negócios. As disputas e contestações a esses processos e empreendimentos são raras e na maioria dos casos se dá por oposição entre os grupos políticos, que ora se alinham, ora se contrapõem aos projetos em desenvolvimento. Tal fragilidade é apontada inclusive no Plano Estratégico Campina Grande 2035, que propõe uma gestão autônoma do projeto a partir de um comitê gestor liderado pelas entidades empresariais.

Em relação ao Complexo Aluizio Campos, as articulações público-privadas vêm atuando em duas frentes principais: uma liderada por agentes dos setores industrial, de logística e serviços relacionados, contando com o protagonismo político de integrantes da FIEP e tendo o governo municipal como captador de recursos necessários às infraestruturas e serviços para viabilizar os componentes do complexo; e a outra frente, liderada por alguns agentes dos setores

imobiliário e da construção civil, que deverá continuar a especular e empreender nas áreas próximas ao complexo e a influenciar o governo municipal e a Câmara de Vereadores para outras desregulações urbanísticas e ambientais e ampliações do perímetro urbano, reforçando a expansão urbana descontínua e a pressão sobre áreas ambientalmente frágeis e sobre posseiros ligados às atividades agrícolas.

Como foi possível constatar, a partir dos levantamentos constantes deste relatório, alguns agentes têm papéis múltiplos, como, por exemplo, os grupos políticos-familiares, que participam dos governos e que têm negócios diversos; e há outros agentes que atuam para a garantia de seus interesses no âmbito da agenda urbana e do Complexo Aluizio Campos, como as entidades comerciais, o setor da mídia, igrejas, organizações comunitárias etc. Além disso, as escalas de atuação e interesse dos vários agentes são diferentes, alguns restritos ao âmbito local, outros com abrangências regionais, nacional e internacional.

Os principais conflitos que repercutem na agenda urbana e que vêm impactando o Complexo Aluizio Campos estão relacionados a grupos políticos que se opõem e que integram os governos municipal e estadual. Na maioria das situações, se expressaram em reclamações por parte de agentes públicos municipais e de políticos apoiadores sobre o não cumprimento de atribuições e acordos por parte do governo do estado para intervenções na área do saneamento. Conflitos com menor repercussão ocorreram em relação a posseiros, moradores do entorno e, também, em decorrência de ameaças de ocupações ao conjunto habitacional. Todavia, não há em Campina Grande movimentos sociais urbanos progressistas estruturados que se contraponham à agenda urbana empresarialista-particularista e ao complexo.

Algumas críticas mais incisivas em relação à agenda empresarialista e ao complexo têm corrido pontualmente a partir de grupos políticos partidários, sindicatos, ONGs de núcleos e professores das universidades e da “Frente pelo direito à cidade” de Campina Grande. Contudo, esses agentes não parecem estar próximos a constituir um bloco de oposição consolidada, apesar de também proporem elementos para uma agenda urbana alternativa, norteadas pelo enfrentamento às desigualdades e às injustiças socioespaciais e pela necessidade de ampliação dos espaços de expressão de segmentos historicamente discriminados.

Por fim, vale ressaltar que pesquisas mais aprofundadas sobre as articulações público-privadas que vêm se formando para o desenvolvimento local serão ainda desenvolvidas e o monitoramento da implementação do Complexo Aluizio Campos terá continuidade. É preciso observar se a agenda que se desenha, tendo o Complexo Aluizio Campos como seu principal empreendimento, se viabilizará no novo contexto político e econômico, em que os investimentos governamentais previstos para fomentar o desenvolvimento local são escassos. Nessa perspectiva tende a predominar o plano do discurso sobre um desenvolvimento que

somente virá em longo prazo. Enquanto o complexo não se viabiliza de forma integral, as famílias residentes no Residencial Aluizio Campos precisam realizar grandes deslocamentos para acessar as oportunidades e serviços econômicos, sociais e culturais disponíveis apenas na malha urbana consolidada de Campina Grande.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. (Org.) *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. 1. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CAMPINA GRANDE. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social: Relatório Final. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande, Secretaria de Planejamento. 2008 (mimeo).

CAMPINA GRANDE. Lei Complementar Nº 003, de 9 de outubro de 2006. Promove a revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande, Gabinete do Prefeito. 2006a (mimeo).

CAMPINA GRANDE. Lei nº 6.941/2018. Institui o Plano Estratégico de Desenvolvimento Campina Grande 2035 como meta obrigatória a ser cumprida pelos atuais e futuros gestores municipais, cria o Comitê Gestor do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Campina Grande, estrutura com *status* de Conselho Municipal, composto por 22 membros permanentes, que terão como missão o acompanhamento da execução, do monitoramento e da revisão periódica do Plano. Campina Grande, 2018.

CAMPINA GRANDE. Decreto nº 4.047, de 30 de outubro de 2013. Declara de interesse social para fins de desapropriação, o imóvel que menciona e dá outras providências. Disponível em: <<http://191.253.16.180:8080/ConsultaLei/>>. Acesso em 09 de outubro de 2019.

CAMPINA GRANDE. Decreto nº 4.088 de 2 de junho de 2014 regulamenta a Lei municipal nº 3.968, de 28 de novembro de 2001, para dispor sobre o **perímetro urbano do município de Campina Grande** e dá outras providências. Decretos nº 3.599/13, 4.047/13, 4.078/14.

CARVALHO, N. R. Urban politics in Brazil and the US: state, economic actors and local development scenarios. *Cadernos Metrôpoles*, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 583-608, maio/agosto 2017. Acessado em: 10/06/2019 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3910>

CEF. Minha Casa Minha Vida. Brasília: Caixa Econômica Federal. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acessado em: 10/06/2020.

IBGE. *Regiões de Influência de Cidades (REGIC)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acessado em: 02/07/2020.

IBGE *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.

IBGE. *Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015b.

IBGE. *Região de Influência das Cidades (REGIC)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

JOÃO PESSOA (PB). Edital de licitação nº 2.08.002/2015 (Elaboração do estudo de Impacto Ambiental – Empreendimento “Complexo Multimodal Aluízio Campos”). Campina Grande: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos de Campina Grande, João Pessoa, 2015.

JOÃO PESSOA. *Diário Oficial* – Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, João Pessoa, n. 1.282, p. 10, 20 de julho de 2015.

MACROPLAN; FIEP; COMITÊ GESTOR DO PED-CG 2035. Campina Grande 2035 - P1. Apresentação da Cerimônia de Lançamento do Plano Campina Grande 2035. 2015. Disponível em: <<http://www.campinagrande2035.com.br/>>. Acessado em: 10/09/2017.

MIRANDA, L.; MORAES, D.; XAVIER, T.; LIMA, J. B. Espriamento e mercantilização do espaço urbano em Campina Grande: o caso do Complexo Aluízio Campos. In: *Anais do(?) XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR)*, 2019, Natal. (XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR, 2019.)

MIRANDA, L.; MORAES, D.; LIMA, J. B. *Territórios habitacionais populares em Campina Grande: desenvolvimento urbano para quem?* Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2020 (no prelo).

MONTEIRO, José Marciano. A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na paraíba (1985-2015). Tese (doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2016.

NASCIMENTO, A. Campina 2035, cidade inteligente? Uma análise do processo de reestruturação urbano-regional da RM de Campina Grande via Complexo Aluízio Campos. In: *Anais do XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós Graduação em Planejamento*

Urbano e Regional (ENANPUR), 2019. Natal. (XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR, 2019.)







